

Americanismo e iberismo: a questão do atraso na América Latina

Americanism and “iberismo”: the issue of backwardness of Latin America

Carlos Henrique Gileno¹

Resumo: O presente artigo objetiva analisar alguns aspectos das interpretações do Brasil constantes em Tavares Bastos, André Rebouças e Oliveira Viana. Nesse contexto, o debate sobre os conceitos de americanismo e iberismo se tornam fundamentais para a análise do desenvolvimento do processo de modernização que se estendeu da segunda metade do século XIX a meados do século posterior.

Palavras-chave: Pensamento Político e Social no Brasil; Americanismo e Iberismo; Democracia e Liberalismo; Modernização no Brasil.

Abstract: This article aims to analyze some aspects of the interpretations of Brazil listed in Tavares Bastos, André Rebouças and Oliveira Viana. In this context, the debate on the concepts of americanism and “iberismo” become fundamental to the analysis of the development of the modernization process which it lasted from the second half of the nineteenth century to the mid of the twenty century.

Key words: Social and Political Thought; Americanism and “Iberismo”; Democracy and Liberalism; Modernization in Brazil.

1. A América Latina: o outro ocidente

1.1 Tavares Bastos e André Rebouças: liberalismo e projeto de americanização da sociedade imperial

O legado histórico do mundo ibérico se constitui numa determinação estrutural que orienta o desenvolvimento do processo histórico no Brasil, existindo duas interpretações que se destacam nesse debate.

A dos americanistas, que identificam na herança ibérica o obscurantismo, o autoritarismo e o burocratismo presentes na vida política e social do Brasil; e a dos iberistas, para quem a formação ibérica nos trópicos, ao contrário, foi capaz de preservar uma ética moderna não individualista e comunitária (OLIVEIRA, 2000, p. 47).

Durante a segunda metade do século XIX, os americanistas colocaram temas e problemas expressos por um liberalismo que não surgira do individualismo ou das liberdades civis. A interpretação americanista pressupunha que a situação de atraso era

¹ Professor assistente doutor do Departamento de Antropologia, Filosofia e Política da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Campus de Araraquara) Rodovia Araraquara - Jaú - Km 0114800-901. Tel.: (016) 33016200. cgileno@uol.com.br

resultado imediato da formação ibérica da América latina, defendendo a introdução da cultura política e dos valores do liberalismo anglo-saxão.

Exemplo daquela interpretação é encontrado no panfleto de Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), intitulado *Os males do presente e as esperanças do futuro* (1861). O autor foi um dos mais articulados teóricos do liberalismo do Segundo Reinado (1840-1889), atuando mais intensamente nas décadas dos 60 e 70 do oitocentos (RÊGO, 1993, p. 74-85). Escolheu o gênero panfletário para tornar popular entre os letrados da época as idéias centrais de *Os males do presente e as esperanças do futuro*, dividindo-o em *Realidade, Ilusão, Solução* ao seguir o estilo do mestre do panfleto e jornalista ligado ao partido conservador, José Justiniano da Rocha (1812-1862), autor de *Ação, Reação, Transação* (1855) (ROCHA, 1956). A primeira parte do panfleto de Tavares Bastos, denominada *Realidade*, tem sua tese central apoiada na noção de que o atraso nacional finca suas raízes na “história do colonialismo português”.

Os nossos males não afluem às origens do sistema colonialista como um todo, mas precisamente ao colonialismo português, cuja história e formação deveriam ser superadas para alcançarmos os padrões civilizatórios exigidos pela civilização ocidental industrializada. Em Tavares Bastos, os males do presente estavam baseados numa atividade política que se convertera em “lealdades e fidelidades através de um processo cumulativo de recíprocos encargos e favores”, impedindo a difusão das virtudes públicas identificadas pela possibilidade de um existir político autônomo, elemento fundamental para a existência de instituições políticas livres.

A ausência dessas instituições fez emergir um servilismo personificado em homens “expropriados de vontade política”, mesmo sendo livres. Diante desses temas e problemas, Tavares Bastos rejeitou qualquer espécie de ruptura revolucionária que viesse implantar a liberdade individual. Aquela liberdade deveria ser obra do ethos conciliador, concebendo a revolução como um ato condenável que poderia colocar em perigo a unidade territorial do Império. Apenas a política da conciliação era imprescindível para se avançar nas reformas institucionais.

Contudo, a formação de cidadãos independentes esbarrava na formação secular da estrutura política e social brasileira. O liberalismo no Brasil não emergiu historicamente do individualismo ou das liberdades civis. O Estado monárquico se constituiu no principal condutor da ordenação do conjunto da sociedade brasileira ao favorecer o desenvolvimento do processo de constituição do indivíduo e do mercado livre por intermédio de uma ampla

intervenção política sobre o social. Os liberais francamente capitalistas se confrontavam com o dilema de desenvolver o liberalismo em consonância com a estrutura latifundiária, onde praticamente inexistia o individualismo, mas a dependência pessoal (BOSI, 1992).

Devemos acrescentar que a teoria e a ação política do abolicionista e engenheiro André Pinto Rebouças (1838-1898) ilustram alguns aspectos dos dilemas enfrentados pelos americanistas na sociedade imperial. Entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, André Rebouças apontava o fato de que as oligarquias estendiam ao Estado um conservadorismo que embasava as suas ações privadas. A teoria e a ação política de André Rebouças estavam direcionadas para a transformação das estruturas imperiais, criticando constantemente o bacharelismo da oligarquia e a sua ociosidade, os quais eram obstáculos à difusão de um ethos empreendedor e moderno no país.

Todavia, na década dos 80 do século XIX, André Rebouças delegou a transformação das estruturas do Império à atuação política de D. Pedro II (1825-1891). O autor defendia a existência de um ativismo social associado à política da conciliação nacional centrada na figura do monarca. André Rebouças abandonou o projeto da década dos 70 que defendia a noção de que a transformação das estruturas da sociedade imperial fosse construída autonomamente pelos agentes sociais. Nos anos 80, em pleno período abolicionista, André Rebouças percebeu que o movimento abolicionista estava associado à política imperial, sendo o resultado das mudanças lentas e graduais capitaneadas pelo Estado monárquico (CARVALHO, 1998).

Para André Rebouças, na década dos 80, a modernização deveria ser efetivada, a exemplo dos casos alemão e italiano, por um Estado centralizado, demonstrando a impossibilidade do “homem comum em conduzir sua própria vida e prosperidade” no Brasil (1998). Adaptação, portanto, das reformas americanistas às condições históricas particulares da sociedade brasileira, devendo-se preservar o poder político da elite agro-exportadora em favor da preservação da ordem, da unidade territorial e do poder centralizado da monarquia. Podemos dizer que a interpretação americanista de Tavares Bastos e André Rebouças afirma que a América ibérica faz parte da história do mundo ocidental, possuindo determinadas heranças de povos e culturas ocidentais de tradição helênico-judaico-cristã.

1.2 Fundamentos da interpretação ibérica

Entretanto, a América ibérica constitui outro Ocidente. A formação deste ocidente na península ibérica e no Novo Mundo se desenvolve em condições particulares, tornando-se fundamental a análise histórica daquela particularidade, com a “questão do transplante da sociedade e da cultura” se transformando no “eixo da interpretação histórica” (OLIVEIRA, 2000, p. 47). Na interpretação ibérica da sociedade brasileira, existe a constatação de que o mundo ibérico não possui uma trajetória de desenvolvimento similar à do mundo anglo-saxão. O polêmico livro de Richard Morse enfatiza a idéia de que a modernização latino americana se desenvolve distanciada da noção do utilitarismo individualista. Aquela distância possibilitou a formação “de uma nova utopia de justiça e de integração social solidária, pós-moderna, que nega o mito prometéico da ideologia marxista e do fáustico da sociedade burguesa” (MORSE, 1988, p. 48). Talvez, a tese central do livro é que a organização da sociedade, da política e da cultura não necessita enveredar unicamente pela noção “do indivíduo maximizador do liberalismo anglo-saxão”. Em outras palavras, a defesa do universo ibero-americano conduz o autor à crítica do utilitarismo individualista.

O Espelho de Próspero não espera muito do princípio liberal-democrático na América Latina. Richard Morse termina a parte histórica do seu livro persuadido de que a matriz ibérica de nossa cultura política persistirá. A sua expectativa é a de que “a mistura da cultura política ibérica com o rousseauianismo possa preencher os ideais humanistas de maneira mais adequada do que o enxerto do marxismo na tradição nacional russa e a mescla anglo-atlântica de liberalismo e democracia” (1988, p. 53). A América Latina deve seguir um caminho próprio de desenvolvimento, derivado de sua tradição ibérica. A contemplação da América no espelho da América anglo-saxã conduz à imitação inócua do outro.

O liberalismo, a democracia representativa, o racionalismo, o empirismo científico e o pragmatismo não só seriam incompatíveis com a realidade mais profunda da América ibérica, como também marcariam a decadência e a falta de sentido da sociedade capitalista e burguesa (1988, p. 55).

Segundo Richard Morse, espanhóis e portugueses transplantaram para a América uma ordem política que transcende os indivíduos, fundada na ética e na religião, a qual se contrapõe à ordem política individualista, subjetivista e contratualista dos ingleses. A característica peculiar das sociedades ibéricas é que são sociedades “orgânicas e baseadas

em um princípio arquitetônico em oposição à sociedade anglo, marcada pelo individualismo - sociedade mecânica - e guiada por um princípio nivelador” (1988, p. 55-6). Por princípio ou cultura arquitetônica, devemos entender uma sociedade hierarquizada, integrada e comunitária.

Em entrevista de Luiz Werneck Vianna ao livro intitulado *Conversas com sociólogos brasileiros* (BASTOS, ABRUCIO, LOUREIRO, REGO, 2006), a análise das características daquela sociedade hierarquizada, integrada e comunitária remete ao tema das “oportunidades que podemos extrair da nossa tradição”. Existe a constatação, em Luiz Werneck Vianna, de que a América Latina possui uma trajetória não similar à anglo-saxã. Segundo o autor, muito já se estudou sobre os efeitos que a nossa tradição causou na organização democrática da sociedade, tais como os estudos do coronelismo e do sistema de clientela. Todavia, ainda existem poucos estudos indicativos de algumas características daquela sociedade comunitária, hierarquizada e integrada, fundada e ancorada nas várias redes de lealdade e solidariedade. Talvez, como indica a pergunta dos organizadores do livro ao entrevistado, existe uma retomada em Luiz Werneck Vianna do ideal da solidariedade, que é o discurso típico do pensamento conservador contra o iluminismo e o liberalismo, fato este confirmado pelo autor.

Luiz Werneck Vianna alerta que o tema da solidariedade em sua chave interpretativa se relaciona “à valorização do público, do bem comum”. Em outros termos, foi “a precedência do público sobre a esfera privada que criou, no Brasil, a idéia de comunidade”, com a formação do Estado Nacional brasileiro sendo a criação de um “cálculo político, de uma estratégia de Estado que manteve a unidade nacional”. A Nação, colocada acima dos diversos interesses em conflito na sociedade brasileira, sempre foi vista “como o lugar da comunidade e o público, como organizador da solidarizarão social” (2006, p. 173). Esta noção pode estar expressa no pensamento político e social de Oliveira Viana.

2. Autoritarismo instrumental e iberismo

2.1 Os anos 30: transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna

Rubem Barboza Filho retoma o tema da tradição ibérica, constante em Richard Morse, para notar que nem mesmo o anseio da ocidentalização, da modernização e da europeização despiu a sociedade brasileira de sua “noção arquitetônica de sociedade”, ou seja, “a idéia de um todo preexistente às partes e a crença no Estado como portador e premissa de nossa unidade e sentido”, com o Estado e a sociedade não emergindo como “resultados de pactos entre grupos ou indivíduos livremente dispostos, como na tradição anglo-saxã liberal”. O Estado, pois, representa uma “comunidade dotada de uma unidade anterior à vontade e à decisão dos indivíduos e sujeitos sociais que a compõem”. Por outro lado, a tradição anglo-saxã é “imaginada como exotismo britânico ou norte-americano” (BARBOZA FILHO, 1995).

Intelectual e ator político das primeiras décadas do século XX, Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951) pode ser lido como um autor que imagina “como exotismo britânico ou norte-americano” a tradição anglo-saxã no Brasil. Defensor da visão de desenvolvimento ibérico da América Latina, Oliveira Viana observou que a sociedade brasileira chegou à democracia sem que houvesse realizado um projeto efetivamente democrático para a Nação.

Antes de examinarmos diretamente alguns aspectos do pensamento político e social de Oliveira Viana, devemos realizar algumas considerações a respeito do clima de inquietação cultural, social e política que se instaurou no Brasil após o movimento de outubro de 1930. O acirramento das divergências que perpassavam as oligarquias regionais e que levaria à crise do pacto oligárquico, a emergência da incipiente industrialização e do proletariado, e a crise do capitalismo mundial ocorrida em 1929 - que propiciou um substancial enfraquecimento da economia de exportação - conduziu o País a uma contestação da hegemonia dos grandes fazendeiros do café, que dominaram o cenário sócio-político até o início da década dos 30. Nesse contexto, as interpretações sobre o Brasil levaram artistas, intelectuais e políticos a reinterpretarem a nossa História - a Colônia, o Império e a República - sob a inspiração de teorias clássicas do pensamento ocidental, tais como as de Franz Boas (1858-1942), Georg Simmel (1858-1918), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920).

Havia uma efervescência criativa nas ciências e nas artes. Juntamente com as mudanças ocorridas na realidade material e política, eram buscadas novas formas de sentir, de expressar, de (re) interpretar-se. Nessa perspectiva histórica e social em mudança, intelectuais, artistas, escritores e políticos trouxeram novos debates, propostas e idéias para

se pensar a sociedade nacional. O campo das ciências sociais será influenciado, neste primeiro momento de sistematização da sociologia, pelos estudos de natureza histórico-sociológica: é o que podemos constatar nas interpretações de Gilberto Freire (1900-1987), Oliveira Viana, Caio Prado Júnior (1907-1990) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que se tornaram clássicas na análise da realidade brasileira (MOTA, 1998).

Nas outras esferas da cultura, como a literatura, a pintura e a música, o momento histórico também favoreceu a criação artística e literária: surgem Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade (1890-1954), Graciliano Ramos (1892-1953), Cândido Portinari (1903-1962), Villa Lobos (1887-1959), entre outros. Em verdade, na década dos 30 do século XX ocorrem intensos debates sobre as possibilidades e perspectivas de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna. É nesse contexto que a tese do autoritarismo instrumental será considerada fundamental para se pensar algumas das questões contidas nas discussões sobre as relações estabelecidas entre tradição e modernidade no Brasil.

Por exemplo, o professor Wanderley Guilherme dos Santos nota que a tese do autoritarismo instrumental - que é formulada durante o Império - coloca a “idéia de que cabia ao Estado fixar as metas pelas quais a sociedade deveria lutar, porque a própria sociedade não seria capaz de fixá-las, tendo em vista a maximização do progresso nacional” (SANTOS, 1978, p.103- 4). Esta idéia, segundo o aludido professor, é a base da ação política da elite imperial, inclusive das elites “liberais”. Entretanto, o pleno desenvolvimento desta “linhagem” do autoritarismo instrumental só se realizaria efetivamente na década dos 30 do século XX como resposta aos desafios econômicos, políticos, sociais e culturais. De fato, existiam condições, na década dos 30, para a difusão da tese do autoritarismo instrumental.

2.2 A crítica ao constitucionalismo liberal e a defesa do autoritarismo instrumental: o iberismo em Oliveira Viana

Oliveira Viana expressa, uma década antes dos anos 30 do século XX, o dilema do liberalismo no Brasil. Segundo Oliveira Viana, não existe um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. O Brasil não possui uma sociedade liberal, mas uma sociedade parental, clânica, autoritária. Em conseqüência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado. Além disso, o país necessita de um sistema político autoritário

para eliminar as condições políticas e sociais que impedem a vigência da sociedade liberal no Brasil. Em verdade, para o jurista e sociólogo carioca seria preciso um sistema político autoritário para que se pudesse constituir a sociedade liberal no país: um sistema político que impedisse de vicejar as pretensões do constitucionalismo liberal, que tentava implantar no Brasil um acervo institucional que estava em desacordo com o nosso meio social. Talvez esse seja o tema mais recorrente nos escritos políticos de Oliveira Viana.

A oposição entre o país real e o país artificial (legal) está expressa no pensamento político e social do século XIX. Retomada na década dos 30 do século XX, aquela oposição apontava os fundamentos da crítica de Oliveira Vianna a todas as Constituições liberais no Brasil desde o Império, ressaltando a inadequação do modelo constitucional liberal democrático para o Brasil. Assim, a crítica de Oliveira Viana ao sistema político democrático liberal está centrada na análise sociológica da cultura política do povo brasileiro.

Ao analisar a nossa cultura política, Oliveira Viana conclui que o povo brasileiro é incapaz de autogoverno, surgindo a questão do “apoliticismo da plebe” que era desconhecida, segundo Oliveira Vianna, pelos idealistas utópicos do liberalismo constitucional. Faltava aos propagandistas dos modelos constitucionais estrangeiros a consciência objetiva da estrutura e do processo de constituição da cultura política do “povo-massa” no Brasil. Portanto, Oliveira Viana atribui a incapacidade política do grosso da população brasileira às relações inadequadas estabelecidas entre a cultura do “povo-massa” e as instituições liberais.

Nesse contexto, o autoritarismo instrumental como um sistema político autoritário que almeja consolidar uma sociedade liberal, está presente no pensamento político e social de Oliveira Viana, cujo objetivo primordial é examinar a particularidade da experiência brasileira (SANTOS, 1978; BASTOS, 1993; VIANNA, 1997; BRANDÃO, 2007).

É importante notar que a busca da singularidade da formação histórico-social e política do país revela algumas das características do projeto político de Oliveira Viana, que só pode se formar a partir da construção de um conhecimento realístico e objetivo da realidade, pensando a constituição de um novo Estado e o projeto político que pudesse formar “diretrizes políticas capazes de criar uma nação solidária” (BRANDÃO, 2007). É com a perspectiva desse projeto político que podemos refletir sobre a dimensão político-social do pensamento de Oliveira Viana. A reflexão do autor sobre as instituições estatais

no Brasil e a sua análise da gênese e do desenvolvimento das instituições políticas brasileiras conduz as suas propostas de reformas institucionais.

Oliveira Viana destaca a distância que separa o país legal do país real, ou seja, a distância entre o comportamento das elites (com suas normas liberais) e o povo-massa, que é rural, possuindo normas, comportamentos e tradições próprias ignoradas pelas elites. Seguindo o raciocínio do autor, as elites idealizam o país a partir da Carta Constitucional monárquica de 1824 e da Carta Constitucional republicana de 1891. Uma das questões fundamentais sobre as instituições políticas brasileiras se apóia no fato de que as mudanças institucionais brasileiras não teriam causas sociais nem econômicas, mas políticas ou eleitorais. Por exemplo, o sufrágio universal apenas espreitaria o domínio dos clãs para fora do domínio rural, sendo o “povo-massa” é transformado “cidadão” sem que se alterasse a sua dependência em relação aos senhores rurais.

O sufrágio universal e a democracia ficam descolados da realidade sociocultural brasileira, já que não haveria a formação de cidadãos que possuíssem o espírito público. Oliveira Viana observa que o partido dos governadores, o partido dos coronéis e o nepotismo forjam as instituições legatárias do estatuto colonial. A ruptura do estatuto colonial se daria apenas no plano político, não alterando os fundamentos essenciais das instituições políticas brasileiras, que se caracterizam pelo privatismo e pelo personalismo. Portanto, segundo Oliveira Viana, chegamos à democracia sem que se houvesse realizado um projeto democrático para a nação, emergindo uma cultura política que ressentia a ausência do Estado e que se alicerçava na “solidariedade de clã”, que concebia o Estado como instrumento de realização dos interesses privados, consolidando interesses particularistas.

O clã rural domina a vida pública brasileira, e a reforma política deveria amenizar a sua influência ao implantar reformas que eliminassem a cultura política privatista, personalista e patrimonialista do clã, conduzindo o processo da emergência da liberdade, democracia e progresso. A reforma política não poderia ignorar a cultura do “povo-massa”, que seria institucionalizada de forma gradual e moderada. Oliveira Viana preconiza a idéia de que as instituições políticas brasileiras deveriam se amoldar à constituição histórica e social particular do país, devendo ocorrer uma organização política nacionalmente centralizada, com um executivo forte e liberto das influências do parlamento e dos partidos políticos que personificavam os interesses particularistas dos clãs rurais.

Oliveira Viana propugnou a consolidação de um Estado forte, capaz de estender a sua autoridade pública à esfera privada, ou seja, aos interesses particularistas dos clãs rurais. Um Estado centralizado, portanto, que controla o poder privado. Essa é uma característica do pensamento autoritário dos anos 30 do século XX que pode estar relacionada à interpretação ibérica da formação da sociedade brasileira, uma vez que Oliveira Viana atenta para o fato de que a América ibérica engendrou um desenvolvimento histórico e um sistema político próprios, que não deveriam apenas entrar no ritmo da história dos países ocidentais avançados, mas que possuiriam uma formação social e política particular, inscrevendo-se na história do ocidente como sociedades que teriam uma opção ibérica de desenvolvimento. Portanto, A América Latina possuiria uma formação histórica, social, política e cultural singulares, diferentes de outros tipos políticos e sociais europeus ou norte-americanos.

Considerações Finais

Para a construção da iniciativa individual, o Estado imperial e, posteriormente, o Estado republicano, objetivaram capitanear o projeto de futuro que desenvolvesse a americanização, evidenciando que as reformas institucionais e políticas não advinham de um projeto popular. No interior de uma sociedade civil herdada do obscurantismo luso, não haveria como fazer triunfar o projeto americanista de implantação do liberalismo e da razão moderna sem a condução da modernização conservadora efetivada pelo Estado. Ao analisar o pensamento historiográfico do diplomata, historiador e militar Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), visconde de Porto Seguro, o historiador e filósofo Nilo Odália (1929-2004) observou que as elites rurais e escravocratas conceberam o Estado brasileiro do século XIX como um instrumento que teria a função primordial de constituir politicamente a Nação.

As reformas defendidas e propagadas pelos americanistas estavam circunscritas à autoridade irrevogável do Estado monárquico. A unidade existente durante a fase colonial se dissolvera com a independência, cabendo ao Estado “buscar a unidade perdida, fazendo-se dele algo unitário e centralizador; às divisões internas, que se abrem imediatamente, deve corresponder um Estado cuja autoridade deve ser incontestável” (ODÁLIA, 1997, p. 58-9).

No período regencial (1831-1840) houve um impulso de americanização do império brasileiro. Porém, a livre iniciativa, a formação de um mercado interno e a descentralização não encontraram respaldo ideológico e político no interior de elites amparadas fortemente na pretensão de manter a unidade territorial. O iberismo permitia que os ideais americanistas seguissem os ditames da empresa individual, mas não consentia no esfacelamento da sua estratégia territorialista. O interesse individual, expresso no americanismo, deveria sempre estar subordinado aos ditames do chamado “interesse nacional”. O liberalismo vicejava na consciência das elites e articulava o Estado, sendo reprimido no seu sentido mais amplo ao vivenciar o seu descompasso em relação ao territorialismo constitutivo de elites políticas que se apoiavam no patrimonialismo herdado da estrutura econômica colonial.

O padrão específico da modernização brasileira durante o período imperial e, posteriormente, no Estado republicano da primeira Meade do século XIX, desenvolveu conteúdos históricos de transição que reiteravam a exclusão dos interesses da maioria da população, com a questão democrático-popular passando ao largo dos temas que nortearam os debates acerca da modernização do país entre conservadores e liberais.

A modernização nacional foi realizada pelo alto, não sendo gerada por uma sociedade civil constituída, impedindo a emergência de atores democráticos. O modelo político brasileiro de desenvolvimento durante o século XIX e primeira metade do século XX era essencialmente patrimonialista, e o transformismo - a transformação pelo alto imposta pelas elites territorialistas - compunha o nosso modelo político melhor acabado (FAORO, 1994). Os liberais caminhavam num terreno minado por contradições: o monopólio da propriedade territorial e a submissão das classes subalternas eram resultados do iberismo estrutural da sociedade brasileira. Nesse contexto, o projeto de futuro de americanização do país estava consubstanciado no espírito reformador do Estado, monárquico ou republicano, condutor da reforma educacional, intelectual, jurídica, moral e política.

Referências

ABRUCIO, Fernando; BASTOS, Elide Rugai; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (Orgs.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.

BARBOZA FILHO, Rubem. FHC: os paulistas no poder. In: AMARAL, Roberto (Org.). *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (Orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Minas Gerais: Editora da UFMG, 2000.

FAORO, Raymundo. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* São Paulo: Editora Ática, 1994.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

RÊGO, Walquíria Gertrudes Domingues. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. In: *Revista USP*, mar. abr. mai. 1993.

ROCHA, Justiniano José. Ação, reação, transação. In: MAGALHÃES JR. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.